

A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM PARA A SUSTENTABILIDADE

Flávio Ângelo Olicshevis

Faculdade CNEC de Campo Largo

olicfl@gmail.com

Alessandra Aparecida Berton Rodrigues

Faculdade CNEC Campo Largo

0049.alessandrarodrigues@cnecl.br

alebertonrodrigues@gmail.com

Eixo temático - Sustentabilidade

RESUMO

O desenvolvimento econômico é algo importante para as nações, porém a industrialização, hábitos de consumo, surgimento dos grandes centros urbanos fez com que surgissem problemas de ordem ambiental e social. Os resíduos sólidos, poluição do ar, águas e extração irregular de recursos naturais, prejudicaram gravemente o planeta. As práticas de responsabilidade social tornam-se cada vez mais importantes para as organizações que devem então, preservar os recursos naturais e promover o bem-estar social. A sustentabilidade surge como alternativa para proteção do capital natural para as gerações futuras, onde existe a conscientização das pessoas para o desenvolvimento sustentável. Nessa visão a reciclagem vem a se tornar indispensável, pois evita a degradação do meio ambiente com a redução na extração de recursos e diminuição da quantidade de lixo lançado no meio ambiente. Ela também é responsável por gerar rendas as famílias e, atualmente é uma prática que se fortalece com o surgimento das associações e cooperativas. Elas oferecem diversas vantagens aos trabalhadores da reciclagem entre elas condições dignas de trabalho e renda mensal fixa. O presente estudo busca compreender a importância das associações de reciclagem para a sustentabilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Reciclagem, Associações de Catadores.

1 INTRODUÇÃO

A preservação do meio ambiente e seus recursos é algo que exige atenção das organizações e da população mundial. Nesse sentido, a reciclagem se tornou algo indispensável para a sobrevivência de todos,

tanto das organizações como da população, pois os recursos naturais são finitos e a quantidade de lixo deve ser reduzida para a sobrevivência do planeta.

As associações de recicladores e cooperativas muitas vezes não recebem o devido reconhecimento por seus serviços prestados ao meio ambiente e sociedade. A prática da reciclagem evita a exploração de recursos naturais e permite que eles sejam preservados para que as futuras gerações os encontrem disponíveis, isto é parte do que se define como sustentável e também está ligado ao conceito de responsabilidade social empresarial. Com a conscientização e participação da sociedade, governo e empresas no fortalecimento das associações será possível tornar o mundo um lugar mais saudável para se viver.

O tema do trabalho busca apresentar a importância das associações de reciclagem para a sustentabilidade, e a problemática está voltada em analisar qual a importância das associações de reciclagem para a sustentabilidade. Assim, como objetivos específicos, tem-se: elencar as principais considerações a respeito da responsabilidade social; descrever a respeito da sustentabilidade e, levantar os principais aspectos em relação a reciclagem e as associações no Brasil.

A intenção desse estudo é adquirir conhecimento a respeito da importância da reciclagem e do funcionamento de uma associação de trabalhadores da reciclagem. Isto possibilitará a compreensão do nível de importância que as associações e cooperativas de reciclagem exercem dentro do contexto de um sistema de desenvolvimento sustentável. No âmbito acadêmico a relação entre os aspectos teóricos e o caso prático que será pesquisado neste trabalho, ampliará ainda mais os estudos relacionados às associações de reciclagem como agentes da sustentabilidade. Quanto ao aspecto social, a necessidade de demonstrar a população o quanto as associações de reciclagem podem contribuir para um mundo melhor e fazer com que haja reflexão e colaboração por parte das pessoas, justifica essa pesquisa. Portanto, estudantes, famílias e gestores de organizações diversas poderão ser beneficiados com o estudo proposto.

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL: PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

Segundo Rockembach (2009), as mudanças ocorridas com relação ao comportamento do mercado, governo, *stakeholders*¹ e das próprias organizações, originaram o crescimento da cultura voltada à responsabilidade social. As alterações que ocorreram no âmbito externo e demandas que surgiram internamente no contexto organizacional, fizeram com que as organizações viessem a se adaptar a um novo cenário. Cenário este, no qual, o modelo de gestão passa a incluir atitudes e práticas relacionadas à responsabilidade ambiental e social.

Considera-se importante para as empresas que a comunidade onde estão inseridas na prática de seus negócios, receba melhorias. A prevenção de problemas é melhor do que necessitar mover esforços para curá-los, é nesse sentido, que essas companhias com seus recursos humanos e financeiros, devem cuidar das problemáticas enfrentadas pela sociedade em que o governo não consegue obter sucesso na resolução (NEVES, 2001).

Conforme Ashley (2005), é essencial às organizações da atualidade, o entendimento de que lucro, legislação, comportamento ético e ações filantrópicas devem ser equilibrados num processo de necessidades emergentes. As responsabilidades ética, social e moral passam a exigir atenção, pois estão atreladas a fatores econômicos e legais nas firmas, onde, o modo de decisão e maneira de atribuir valor aos fatos evidenciará a influência de tais conceitos. Existem empresas que procuram valorizar práticas de bom relacionamento com princípios de honestidade, lealdade, fidelidade a promessas, respeito e integridade, na busca da excelência. Por outro lado, existem organizações que supervalorizam as práticas do negócio e utilizam racionalidade extrema, sua ênfase é encontrar situações vantajosas, desse modo, leis e costumes não recebem a devida importância.

Com relação ao setor empresarial, entende-se que:

Responsabilidade Social não é uma opção, é sobrevivência corporativa em longo prazo. Na era da globalização, uma empresa competitiva deve satisfazer os acionistas, os consumidores, a comunidade e investir na imagem dentro do novo contexto de negócios (NEVES, 2001, p.18).

Para Commodaro (2011), esta busca a melhoria das condições ambientais e uma sociedade mais justa, onde se deve atuar de forma ética

e transparente com todos os *stakeholders*¹. Ela é caracterizada pela preservação dos recursos naturais, da cultura, da diversidade, por promover desenvolvimento sustentável, assim como, pela busca da diminuição das desigualdades sociais. Determinadas empresas ao realizarem doações, não somente financeiras, mas de também de materiais como a sucata, despertam nas pessoas a conscientização a respeito do tema descrevendo-a como,

[...] atuação que se define pela relação ética e transparente da organização com todos os públicos com os quais se relaciona. Refere-se também a inserção da empresa no desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais [...] respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais como parte integrante da estratégia da organização (MARQUES; ODA, 2012, p.184).

No âmbito corporativo, é entendida como uma resposta voluntária das empresas as críticas da população que está consciente dos problemas ambientais e sociais causados por essas firmas e, da grande limitação do Estado frente a tais questões (GOMES, 2007). E,

A responsabilidade social surge como resgate da função social da empresa, cujo objetivo principal é promover o desenvolvimento humano sustentável [...] e tentar superar a distância entre social e econômico, obrigando as empresas a repensar seu papel e forma de conduzir seus negócios (INSTITUTO ETHOS, 2005 p.24).

Outro ponto importante a observar trata de decidir o que, onde e quanto produzir, é o ponto de onde se tem origem todo um processo industrial, isto é estratégia de produção, algo que muitas vezes é desconsiderado com relação a problemas ligados ao consumismo (LAYRARGUES, 2004). A ênfase é dada na redução do consumo de energia, destinação do lixo e reutilização de materiais, porém, mudar o sistema de produção é algo indispensável pois,

A produção e o consumo formam um ciclo indissociável de maneira que sem realizar mudanças qualitativas no sistema de produção não poderemos obter um resultado satisfatório apenas tentando controlar o consumo (LAYRARGUES, 2004, p.88).

Nesse sentido percebe-se que, preservar o meio ambiente demanda uma mudança no habito de adquirir produtos, na forma de

descarte, e também, na reformulação de projetos dos fabricantes para que sejam minimizados os impactos ao meio ambiente, privando assim, pela sustentabilidade.

2.2 A SUSTENTABILIDADE

Com o surgimento da industrialização, algo que teve início no século XVIII, na Inglaterra com a Revolução Industrial² e posteriormente espalhou-se para o mundo, foram gerados muitos problemas ambientais. A elevada concentração populacional, consumo extremo de recursos naturais, alguns finitos, ou seja, não renováveis como carvão e petróleo, a devastação de florestas e extinção de espécies foram consequências da industrialização. Por fim, constatou-se também, que havia contaminações no solo, águas e ar resultantes das atividades industriais (PILGER, 2012).

A humanidade, antes adepta do antigo modelo econômico fordista³, onde existia a produção e consumo em massa, passou a ser ameaçada por alterações ambientais decorrentes de suas próprias ações. Diante desse cenário, o século XX, apesar de apresentar um grande crescimento econômico mundial, também é marcado por uma problemática global: a conscientização dos seres humanos a respeito dos problemas ambientais que passaram a assolar o mundo (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, 2010). E, “Assim, o que se observa é que, [...] emergiram com mais impacto diversas manifestações da crise ambiental, que se relacionam diretamente com os padrões produtivos e de consumo prevalecentes” (JACOBI, 2005, p. 236).

De acordo com Almeida (2002), os problemas relacionados à poluição causada pelo avanço econômico nos anos 80, passaram a atrair a atenção do mundo, a destruição da camada de ozônio, aquecimento do planeta, aumento das áreas desérticas e as chuvas ácidas, vieram a se tornar um grave problema que demandava soluções.

Consideradas verdadeiros gargalos, responsáveis por consumir grandes quantidades de recursos, as cidades, com atenção especial aos grandes centros urbanos, recebem recursos naturais do meio ambiente externo e devolvem a ele, produtos que sofreram transformações provenientes de práticas de processamento, junto a uma enorme quantidade de lixo (LESSA FILHO, 2005).

E, para obter respostas frente ao impasse entre economia e ecologia, vários profissionais, entre eles: cientistas, economistas, religiosos, políticos e filósofos perceberam a necessidade de formular, algo concreto, coerente, uma nova síntese onde o desenvolvimento econômico é voltado à preservação dos sistemas ambientais (ALMEIDA,2002).

O Relatório *Brundtland*² demonstrou o reconhecimento de que problemas ambientais e sociais estão interligados e, que desequilíbrios ambientais não são restritos a limites geográficos. Desastres ocorridos em determinada região do planeta, afetarão também, pessoas do mundo todo. Outra reflexão apresentada pelo relatório foi com relação a proteção do ecossistema mundial, onde, concluiu-se que somente com a utilização de abordagens sustentáveis para o desenvolvimento, a humanidade poderá prosseguir em sua caminhada rumo ao futuro (IPEA, 2010).

Também conhecido como “Nosso Futuro Comum” tal documento, possibilitou colocar em circulação a expressão: “Desenvolvimento Sustentável”. Foi a partir desse período que começou a ocorrer a evolução da gestão ambiental para o que hoje se denomina Gestão da Sustentabilidade (ALMEIDA, 2002).

Sua divulgação em 1987, além de reforçar as relações entre economia, sociedade, política e tecnologia, indicou a necessidade de uma nova postura com relação ao meio ambiente que necessitava ser iniciada naquela geração e prosseguiria às sociedades futuras (JACOBI, 2003).
Pois,

[...] no decorrer dos anos 1990, ocorreu um crescente estímulo internacional à metodologia da resolução de problemas ambientais locais nas atividades em Educação Ambiental, que veio acompanhada pelo discurso da responsabilização individual na questão ambiental, fruto da lógica do “cada um fazer a sua parte” como contribuição cidadã ao enfrentamento da crise ambiental. E isso resultou no estímulo à mudança comportamental nos hábitos de consumo, dando um vigoroso impulso à macrotendência pragmática, que ganha forte adesão dos educadores ambientais.

Isto porque, “[...] a articulação entre os interesses da proteção ambiental com os da economia, [...] eram considerados antagônicos até a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável”. (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.29).

Nesse sentido, o objetivo de um modelo sustentável é atender as atuais necessidades da população mundial sem que haja

comprometimento dos recursos naturais que deverão estar disponíveis para o uso consciente das gerações futuras. A compatibilidade entre o meio ambiente e fatores econômicos assim como, os sociais, são metas que esse tipo de sistema necessita ter ao ser implementado (ALCOFORADO,1997).

PILGER (2012, p. 57) aponta que: “Uma economia sustentável respeita a produção sustentável dos ecossistemas dos quais dependem: pesqueiros, florestas, pastos e áreas cultivadas”.

Segundo Bellen (2006), os objetivos propostos pela sustentabilidade, desafiam as instituições dos tempos atuais, pois, exigem escolhas que envolvem a participação de todos: comunidades, organizações e sociedade. A sociedade acaba por ser forçada a pensar em perspectivas de longo prazo, onde, ocorre o reconhecimento dos indivíduos como habitantes dependentes da biosfera.

É importante considerar que o acesso à informação e os meios de comunicação devem ser melhorados de maneira que atuem integrados a medidas de educação ambiental. Deve haver transparência com relação a administração de problemas ambientais nas regiões urbanas onde, o poder público necessita atuar de maneira indutiva com uso de conteúdos educacionais a fim de mobilizar a população e então, alterar o atual quadro de deterioração do meio ambiente (JACOBI, 2003). E,

A relação entre meio ambiente e educação assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais cada vez mais complexos e riscos ambientais que se intensificam (JACOBI, 2005, p.247).

Para que as soluções de preservação ambiental de fato funcionem, é necessário rever velhos hábitos da humanidade que são responsáveis por emperrar a trajetória de sistemas de proteção aos recursos naturais.

As caixas, recipientes, sacolas dos produtos e outros, são poluentes que demandam atenção, pois, grande parte pode se transformar em matéria prima para abastecer a indústria, o que evita a deterioração do sistema ambiental.

Reciclar embalagens de produtos pós-consumo, reduz significativamente a extração de recursos da natureza. Esse processo proporciona economia de água e energia, o que possibilita diminuir a emissão de gases causadores do efeito estufa (BEHREND, 2011).

Com relação aos sistemas sustentáveis e seus processos de tratamento e reciclagem, é necessário que ocorram aprimoramentos nas áreas tecnológicas e de produtividade, isto, tornaria possível o surgimento de técnicas capazes de realizar a reciclagem completa dos recursos de maneira viável às organizações (RAUPP, 2010).

2.3 A RECICLAGEM NO BRASIL

Antes de compreender o processo de reciclagem, é necessário entender o que é o lixo, e o impacto gerado quando ocorre o seu descarte de maneira inadequada no meio ambiente.

É entendido como lixo, produtos que não possuem mais utilidade, porém, isso é logicamente algo relativo porque, se por um lado algo é inútil para uns, é de grande utilidade para outros. O maior problema é quando esse resíduo se transforma em algo prejudicial à saúde, tornando-se assim poluição (LESSA FILHO, 2005). E, é considerado um dos maiores problemas que a sociedade enfrenta nos tempos atuais. A forma como as indústrias produzem seus produtos aliada aos hábitos de consumo da população, faz com que seja cada vez maior a quantidade de material descartado no meio ambiente. Muitos desses produtos industrializados não recebem correta destinação, por esse motivo, são lançados na natureza e passam a deteriorar o sistema ambiental e assim,

As atividades industriais e a elevada concentração populacional nas grandes cidades produzem volumosa quantidade de resíduos sólidos, líquidos e gasosos que a natureza, por si só, não consegue absorver. Esses resíduos, rejeitos domésticos e industriais são o que se convencionou chamar de poluição ambiental [...] (ROSS, 2005, p.218).

Para Baldissarelli (2009), o hábito do descarte sem a devida preocupação com o meio ambiente, pode gerar problemas também para a saúde pública. Em complemento, a importância da utilização dos recursos naturais de maneira sustentável, com a valorização do material reciclável, evita a contaminação e degradação de áreas (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2008).

Um dado importante citado por Garcez; Garcez (2010) cita que, cada pessoa produz em média, 5 quilos de lixo por semana. No Brasil, são produzidos diariamente 240 mil toneladas de lixo, desse total, apenas 2% passa a ser reciclado. Nesse sentido, Silva (2012) complementa citando que, a indústria da recicladora teve origem a partir da necessidade de se reaproveitar materiais coletados por pessoas, onde a única renda delas era proveniente desse tipo de atividade. Em um processo paralelo, outros setores com grande representatividade e recursos começaram a adotar o reprocessamento de recicláveis.

Para a compreensão do que significa reciclar, é necessário entender o conceito do que é chamado: resíduo. A imagem de inutilidade e sujeira observada pelas pessoas com relação aos resíduos passa a ser substituída por uma visão concentrada na percepção de riqueza dos materiais após a devida seleção. Indústrias de reciclagem produzem por meio dessa seleção: folhas de alumínio, fibras, lâminas de borracha e até mesmo energia é gerada por meio do processo de combustão (NANI, 2007).

NANI (2007, p.11) afirma que: “Reciclar é economizar energia, poupar recursos naturais e trazer de volta ao ciclo produtivo o que é jogado fora”. Já para Pinhel (2013), inclui operações que atuam em conjunto e tem por objetivo reintroduzir materiais que passaram pelo reaproveitamento, inserindo-os no processo de produção das organizações. Uma vez disponibilizados, as empresas, esses materiais se tornam insumo para a fabricação de novos produtos. Assim, é perceptível que, a reciclagem dos materiais resultantes do pós-consumo, só veio a existir no Brasil de maneira geral, pela figura dos catadores. Trabalhadores que em função da falta de oportunidades e crise de desemprego, buscam renda para o sustento nas atividades de coleta seleção e venda de recicláveis.

Além de sustentarem tal prática no país, eles sempre auxiliaram na limpeza das cidades e contribuíram para a proteção ambiental. Atualmente possuem sua profissão reconhecida pelo Ministério do Trabalho com a categoria: Catadores de material reciclável (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2008).

Para solucionar problemas relacionados à gestão de resíduos sólidos, responsáveis por comprometer a qualidade de vida da população, foi criada em agosto de 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12305/10). Ela apresentou instrumentos importantes para que os

municípios pudessem dar início ao enfrentamento de problemas sociais, ambientais e econômicos resultantes do manejo de forma inadequada do lixo. Baseada no princípio de responsabilidade social compartilhada, ela propõe que indústrias, prefeituras, varejistas, distribuidoras e consumidores devem contribuir para a destinação correta do material sólido gerado por suas atividades (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2010).

Para NALINI (2008), os fatores identificados como a causa da deficiência nas atividades de reciclagem dos brasileiros são carências na educação e organização e falta de noção sobre o consumo consciente. O envolvimento de autoridades municipais que venham a exercer a função de investidores em programas de reciclagem e de coleta seletiva torna possível propagar as práticas voltadas ao reuso, redução do desperdício, reutilização e consumo consciente para a sociedade.

Para Motta (2006), a nação brasileira apresenta um baixo desempenho com relação aos serviços de coleta de lixo e destinação do lixo urbano. Por outro lado, atividades privadas têm realizado práticas de reciclagem e reutilização de sucatas. Sendo assim, grande quantidade do lixo produzido por centros urbanos é reciclado em locais pertencentes a grupos privados.

2.4 ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM: PRINCIPAIS ASPECTOS

Segundo Pinhel (2013), a partir da década de 1990, houve o crescimento das campanhas voltadas à coleta seletiva. Diante desse fato, ocorreu o aumento da inclusão de catadores de material reciclável nesse processo. Com apoio do governo, instituições sociais, organizações não governamentais e incubadoras, as políticas e ações referentes ao gerenciamento de resíduos, passaram a agregar catadores num processo que posteriormente fez com que eles se fortalecessem e viessem a se tornar independentes. Começaram então a surgir as cooperativas. A estruturação das cooperativas veio a simplificar o processo de seleção e comercialização dos resíduos, o objetivo foi trazer melhores condições de trabalho e de vida para os catadores. E, a profissionalização é fator chave

para o desenvolvimento das atividades no setor de reciclagem e possibilita sair da informalidade para atender adequadamente ao mercado

O autor ainda discorre citando que, a coleta de recicláveis, passou a incluir novos tipos de resíduos, surgiram diferenças na quantidade e diversidade dos itens coletados. O início desse processo de mudanças se deu na década de 1990 onde o catador passou então a coletar vários materiais e isso tornou propícia a necessidade de procedimento e habilidades especiais para esse profissional.

Nesse sentido, as associações e cooperativas de reciclagem são consideradas opções de fortalecimento para os catadores, pois eles são considerados o elo mais frágil em termos econômicos quando se observa a cadeia de valor no ramo da reciclagem. Isto porque quando atuam de maneira individual os catadores ficam mais vulneráveis a intermediários, pessoas que acabam por explorá-los (SILVA; GOES e ALVAREZ, 2013).

Estudos realizados no Brasil indicaram que o número de catadores exercendo a atividade de coleta de recicláveis no país é de aproximadamente 800 mil e que desse total, apenas 7% estão incluídos em associações ou cooperativas de catadores (NEVES, 2008). E, apesar do país ainda contar com um baixo percentual de trabalhadores incluídos nesses agrupamentos, essa prática vem a ser uma alternativa que proporciona melhoria da atuação dos catadores como profissionais do ramo da reciclagem.

Salienta-se que, no processo de apoio ao reaproveitamento de materiais, junto à responsabilidade inerente a atividade, surgiram as genericamente identificadas: Associações de Catadores – (ACs). Essas associações, constituídas por trabalhadores organizados de forma progressiva, no ano de 2001, foram responsáveis por originar o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – (MNCR). Com níveis variados de estrutura, existem mais de 170 associações de catadores abrigadas pelo MNCR, elas estão localizadas em diversas regiões do país. As associações, juntamente com as cooperativas de catadores e sucateiros, correspondem a um total de 130 mil pessoas envolvidas em procedimentos de reinserção de material reciclável, este material tem como destino, o uso em processos produtivos das organizações (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2010).

Elas desempenham um papel importante para a implantação da POLITICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PNRS que é

responsável por promover a redução de resíduos gerados, consumo de maneira sustentável, reciclagem e responsabilidade para geradores de resíduos (fabricantes, comerciantes, importadores, cidadãos e outros). Cooperativas e associações, possibilitam a redução de resíduos sólidos lançados inadequadamente em aterros que poderiam ser reciclados e proporcionam a geração de renda, onde negócios e redes de comercialização são criados (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017).

Pois, quando se tornam associados, eles adquirem vantagens que possibilitaram maior volume de comercialização de material reciclável, recebimento de recursos provenientes de projetos e contratação por entidades públicas sem a necessidade de licitação, autonomia para negociações de seus materiais, defesa de seus direitos e cursos de capacitação e outras (LIMA, 2013).

Com a venda de materiais para as indústrias recicladoras, esses grupos contribuem para a redução da demanda por recursos extraídos da natureza, pois, os produtos reciclados voltam às cadeias produtivas e substituem a matéria prima virgem (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017).

Quanto ao processo de trabalho das associações, funciona da seguinte maneira: os materiais são coletados nas fontes geradoras (casas, comércios, escolas e outros), após isso, eles são transportados para um galpão onde serão selecionados. A etapa de triagem envolve a separação de materiais como garrafas plásticas, papel, vidro, sucata e outros. Feito isso, o material é pesado, prensado em fardos, estocado e então, vendido (OLIVEIRA; LIMA, 2012).

Para o desenvolvimento de suas atividades, elas devem ser reconhecidas no exercício da função de catadores de material reciclável, possuir equipamentos compatíveis e que estejam dentro das normas técnicas, assim como, realizar o cumprimento de leis ambientais e de preservação da saúde pública (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2010).

Um grande desafio para as associações de catadores é proporcionar o aumento da capacidade produtiva, ao passo que, se promove o desenvolvimento dos seus associados. Além disso, os catadores necessitam controlar as etapas do processo de preparo dos materiais recicláveis, onde a separação correta feita pelas pessoas nos pontos de coleta vem a influenciar todo o processo inclusive o resultado final (OLIVEIRA; LIMA, 2012).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que ocorra o desenvolvimento sustentável, é necessário que as pessoas e organizações percebam a importância da reciclagem e do papel desempenhado pelas associações de recicladores, isto, não apenas como obrigação legal ou forma para obter certificações empresariais, mas como meio de sobrevivência tanto para esta geração como para as próximas.

É importante ter a consciência de que, as associações possuem dificuldades tanto de infraestrutura como de maquinários e veículos para operarem de maneira eficiente e eficaz, mas com a ajuda dos governos e da população (como exemplo o caso dos PEV's, Postos de Entrega Voluntários), elas podem se tornar grandes transformadoras de lixo em matéria prima. Então, são capazes de reduzir consideravelmente a extração dos recursos naturais, tão preciosos para a sobrevivência humana.

Outro fator importante relacionado à sustentabilidade diz respeito à grande quantidade de resíduos retirada do meio ambiente por esses grupos de associados e o fato de atuarem em condições dignas de trabalho de maneira organizada com renda mensal, direitos legais e envolvimento em projetos de prefeituras, demonstra que as associações são também de grande importância para a geração de renda de muitas famílias.

Por fim, não há como buscar a sustentabilidade sem começar pela limpeza e preservação ambiental que é proporcionada pela reciclagem e seus trabalhadores.

NOTAS

¹ Indivíduo ou grupo de pessoas que possui interesse em uma organização, indústria ou comércio, que podem, ou não, ter investido em

tal negócio. A palavra “Stake” significa: participação, interesse, risco, já “Holder”, é entendido como: aquele que possui.

² Também chamado de “Nosso Futuro Comum”, teve como presidente da comissão, a então primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Esse relatório foi considerado inovador para época por trazer para o discurso público o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Fernando. **Globalização**. São Paulo: Nobel, 1997.

ALMEIDA, Fernando Alves. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BALDISSARELLI, Adriana. **Considerando mais o lixo**. 2 ed. Florianópolis: Copiart, 2009.

BEHRENDTS, Laura Romeu. **O movimento ambientalista como fonte material do direito ambiental**. Porto Alegre: EDIPUCRR – Editora Universitária da PUCRS, 2011.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2006.

BRASIL. Lei n. 12305, de 02 de ago. de 2010. **Política nacional dos resíduos sólidos**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> Acesso em: 15 de agosto de 2017.

BRASIL. Decreto n. 5940 de 25 de outubro de 2006. **Decreto do executivo**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/decreto/d5940.htm> Acesso em: 25 de agosto de 2017.

COMMODARO, Gianfranco. **A empresa como fator de desenvolvimento do território**: responsabilidade social e terceiro setor. 2 ed. Minas Gerais: AVSI, 2011.

GARCEZ, Lucilla; GARCEZ Cristina. **Planta Sustentável: Lixo**. 1 ed. São Paulo: Callis, 2010.

GOMES, Angela de Castro (Coord.) **Direitos e cidadania**: justiça, poder e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das universidades vol.4. São Paulo: Pierópolis, 2005.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Almanaque Brasil Socioambiental**. São Paulo: Editora ISA, 2008.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Sustentabilidade ambiental no Brasil**: biodiversidade, economia bem-estar humano. (Série Eixos Estratégicos do desenvolvimento Brasileiro; Sustentabilidade Ambiental; livro 7). Brasília: 2010.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de pesquisa, n.118. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2003.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental**: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2005.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA Gustavo Ferreira da Costa. **As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira**. São Paulo: Ambiente & sociedade, 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). **Identities da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do meio ambiente, 2004.

LESSA FILHO, Ivo. **Educação ambiental e reciclagem**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2005.

LIMA, Paulo Cesar Vicente de. **O catador é legal: um guia na luta pelos direitos dos catadores de materiais recicláveis**. Belo Horizonte: Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), 2013.

MARQUES, Cícero Fernando; ODA Érico. **Atividades técnicas na operação logística**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Catadores de materiais recicláveis**. Brasília/DF: 2017. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis>> Acesso em: 06 de agosto de 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Reponsabilidade Socioambiental**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental>> Acesso em: 15 de agosto de 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cidades Sustentáveis**. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis> > Acesso em: 15 de agosto de 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Ecodesign**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/7654-ecodesign>> Acesso em: 08 de setembro de 2017.

NALINI, José Eduardo. **Mercado de reciclagem do lixo no Brasil: entraves ao desenvolvimento.** Dissertação (mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica - (PUC), 2008.

NANI, Everton Luiz. **Meio ambiente e reciclagem: um caminho a ser seguido.** 1ed. Curitiba: Juruá, 2007.

NEVES, Analúcia. **Sociedade do lixo.** Limeira: s.d.e, 2008.

NEVES, Márcia Moreira. **Marketing no Brasil: a nova abordagem na era da gestão empresarial globalizada.** Rio de Janeiro: E-papers, 2001.

OLIVEIRA, Fabiana Goulart de; LIMA, Francisco de Paula Antunes. **Eficiência e solidariedade nas associações de catadores de materiais recicláveis.** Working Paper da WIEGO (Políticas Urbanas) Nº22. Mulheres no Trabalho Informal Globalizado e Organizado – (WIEGO). Minas Gerais: WIEGO, 2012.

PILGER, Rosane Regina. **Administração e meio ambiente.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

RAUPP, Waldir. **Trajetória humana e sustentabilidade.** Porto Alegre: Editora Letral, 2010.

ROSS Jurandy L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil.** 5 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo (Edusp), 2005.

ROKEMBACH, Rogério. **Demonstração da responsabilidade social: comissão de estudos de responsabilidade social.** Porto Alegre: Conselho regional de contabilidade do Rio Grande do Sul - (CRCRS), 2009.

SILVA, Priscila Maria dos Santos, **Setor de reciclagem: desafios da operacionalização.** Bahia 2012. Disponível em: <<http://www.apoioambiental.com.br/destaques.aspx?id=ODg=>> Acesso em: 08 de agosto de 2017.

SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodrigues **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, 2013.